



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**ATA Nº: 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 29 de setembro de 2025**

No dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

### **1 – Período Antes da Ordem do Dia:**

**1.2 - Tomada de posse da cidadã Ana Lúcia Lopes Dias Silveira, em substituição do membro da Assembleia Municipal Senhor Manuel António Silva Carvalho, falecido no passado dia 02 de setembro de 2025.**

**1.3 – Expediente para conhecimento.**

**1.4 – Intervenções.**

### **2– Período da Ordem do Dia:**

**2.1. Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 30 de junho, do ano 2025;**

**2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

**2.3. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2025. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – conhecimento;**

**2.4. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2026 – aprovação;**

**2.5. Definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2026 – aprovação;**



 2

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**2.6. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) - Isenção para o ano de 2026 – aprovação;**

**2.7. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Aplicação Percentual para o ano de 2026 – aprovação;**

**2.8. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – aprovação;**

**2.9. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis – aprovação;**

**2.10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo de Salto – aprovação;**

**2.11. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes – aprovação;**

**2.12. Pedido de Apoio Financeiro, formulada pela União de Freguesias Vilar de Perdizes e Meixide, para Manutenção do Relvado Sintético do Campo de Futebol de Vilar de Perdizes – aprovação;**

**2.13. Pedido de emissão de declaração de caducidade de reserva de solo e redefinição do uso do solo nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Enquadramento no âmbito da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Montalegre – aprovação;**

**2.14. Alteração à 1ª Adenda ao Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento de Produção Agropecuária no Concelho de Montalegre – aprovação;**

**2.15. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre.**

### **3 – Período Após a Ordem do Dia**

Efetuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros, à exceção dos deputados Ana Maria Martins, José Bento Dias, José Manuel Carvalho, João Surreira e Nuno Pires.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores, Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, Sandra Sousa e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia entregou o seguinte documento à Mesa: "Temos hoje a falta do Manuel Carvalho entre nós.

Antes de pedir a sua substituição, queria deixar um curto agradecimento.

Acompanhava-me na Mesa. Foi sempre um grande exemplo no exercício do cargo e solidário com os colegas.

Teve uma vida completa de dedicações à terra e à política. E fê-lo com humildade, mas com nobreza. Foi vereador, foi membro da Assembleia de Freguesia de Montalegre, foi deputado municipal.

Era um político e um homem de diálogo e tolerante, dedicado à sua terra e aos valores sociais.

Era um homem bom que merece o meu bem-haja pelo seu exemplo de participação cívica na sociedade e na política e pela sua dignidade. Perdemos um amigo! Perdemos um homem bom!

Fica o meu reconhecimento e um muito obrigado ao Manuel Carvalho! Assinado, o deputado Municipal Fernando Rodrigues."

### **1 – Período Antes da Ordem do Dia**

**1.2 - Tomada de posse da cidadã Ana Lúcia Lopes Dias Silveira, em substituição do membro da Assembleia Municipal, Senhor Manuel António Silva Carvalho, falecido no passado dia 02 de setembro de 2025.**

A cidadã Ana Lúcia Lopes Dias tomou posse.

### **1.3 – Expediente para conhecimento.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **1.4 – Intervenções.**

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Manuel Carrelo, Ana Francisca Martins, José João Moura, Catarina Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Hernâni



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Carvalho, Sandra Gonçalves, João Carlos Rodrigues, Fátima Crespo, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: "Proposta de voto de Pesar: João Soares, em nome do Partido Socialista, com assento nesta Assembleia Municipal, vem submeter à apreciação deste Órgão Autárquico uma proposta de voto de pesar pelo falecimento recente, mais precisamente, em 2 do corrente mês, de um humilde e ilustre filho das terras de Barroso: o Manuel António Silva Carvalho.

Nascido em 13 de setembro de 1944, fez percurso profissional como gestor bancário, assumindo as rédeas de várias agências da Caixa Geral de Depósitos, com destaque para a de Montalegre que passou a gerir a partir de 1981.

Figura reconhecida pela sua intervenção cívica e política, foi ligado ao Partido Socialista, candidato à Câmara Municipal em 1982 e 1986, posteriormente candidato à Junta de Freguesia de Montalegre e, desde então, uma presença constante na vida autárquica, integrando sempre a Assembleia Municipal, sendo companheiro de todos nós, até ao presente.

O seu percurso profissional foi pautado pelos valores da competência e rigor, bem como pela sua dimensão pessoal de afeto, de afabilidade e de generosa disponibilidade para com todos que procuravam e os seus serviços.

Nesta faceta de entrega ao serviço dos outros, o Manuel foi bem o herdeiro exemplar do respeito e influência granjeados pelo seu pai, o Sr. Abílio do Notário, como carinhosamente ficou conhecido e é lembrado, entre nós.

Cidadão de corpo inteiro, o Manuel Carvalho é figura marcante da vida política e social de Montalegre: sempre empenhado na defesa de causas que contribuíssem para o bem comum e para o desenvolvimento e o progresso da sua e nossa terra.

Foi exemplo de liderança cívica e política, em tempos míticos e pugnou sempre pelos valores de liberdade e da democracia que ajudou a consolidar, ao longo de toda a sua vida.

Manuel Carvalho foi um excelente ser humano. A sua vida familiar exemplar reflete bem a grandeza do seu carácter e a nobreza dos seus valores.

Reconhecidamente, estamos perante um homem de bem: de bem-querer, de bem-fazer e de bem-dizer!

Com este "Voto de Pesar" pretendemos render homenagem a um cidadão respeitador e respeitado, cujo percurso de vida se pautou pela defesa dos maiores e mais importantes valores de vida em sociedade e que projeta para um lugar cimeiro e de cidadania Barrosã, que tão bem serviu! Assinado, o deputado municipal João Soares."

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Estimado público representantes da Comunicação Social, companheiros e camaradas, Senhoras e Senhores da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Edilidade Montalegrense: a primeira nota da minha intervenção, vai para o desaparecimento extemporâneo do camarada Manuel Carvalho. As mais sentidas condolências à família e à sua família política, o Manuel Carvalho, era um homem nobre num Salão Nobre.

A segunda nota salienta o bom gosto, a criatividade e alegria com que a Câmara tem brindado todos os barrosões residentes ou não, por ocasião das festas de verão do



 5

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

concelho, ao longo da legislatura, nada me opõe ao desempenho das Festividades, sobretudo as que nos identificam com aquilo que somos, desde que estejam satisfeitas as necessidades básicas das comunidades ou aldeias do concelho.

Como não há duas sem três esta é uma nota de agradecimento.

Agradecimento á Coligação Todos Por Barroso "TPB", na pessoa do Sr. José Moura Rodrigues, por me ter confiado e assegurado um lugar nesta assembleia, sabendo da minha independência e até da controvérsia em relação ás políticas defendidas pela Coligação...Este gesto autenticou sobretudo no PSD uma capacidade de aceitação de princípios diferentes e de uma abrangência democrática, pouco prováveis em outra força política da área da social democracia.

Certo de que o que nos uniu no inicio desta legislatura, foi a luta contra a mineração a céu aberto e aqui tenho que elogiar o PSD local que se demarcou do Partido Nacional. E também a atmosfera que se respirava, de compadrio, amiguismo e desvirtuação das regras na administração da vida democrática do município, que pairava sobre os céus de barroso, e que culminou com a operação de triste memória...quando abordamos este assunto, quero salvaguardar os atores da política atual que não são os que eram no inicio da legislatura com exceção feita á Senhora

presidente, que ocupava o cargo de vereadora a tempo inteiro, em todo o caso o cargo de então, não tinha a mesma carga na responsabilidade política que tem hoje e creia-me Senhora presidente que desejo profundamente deixar o cargo, que cumprí de forma séria, responsável e civilizada, sem que novas nuvens de ensombramento desabem sobre a nossa terra e note-se o zumbido que se ouve sobre um numero considerável de novos residentes á porta das eleições e ainda sobre ofertas de trabalho a empregados de pequenas empresas que ficam debilitadas. Não somos contra uma Câmara empregadora, mas não poderá ser a qualquer preço. Não estou a por em causa a legitimidade ou a legalidade do que se consta por aí, mas depois fica meio mundo como António Boto dizia: se me deixares eu digo, o contrário a toda gente, e neste mundo de enganos, fala verdade quem mente.

Obrigado Todos por Barroso por me ter dado a possibilidade de ter estado nesta AM, do lado da construção, do contributo sério e do compromisso com o povo de barroso, Assim tive a oportunidade de apontar caminhos e elencar soluções para o desenvolvimento do concelho.

Montalegre não se desenvolverá se nos seus 805 km<sup>2</sup>, não forem criados polos de desenvolvimento, tendo por objetivo alavancar atividades agrícolas de acordo com a aptidão dos solos e do clima, das diferentes regiões.

Polos de desenvolvimento dotados de equipamento mecânico de apoio ás atividades agrícolas e cuidar dos acessos ás propriedades, centro de fornecimento de fatores de produção, cooperativas, feiras locais, creches centros sociais, escolas, porque não? atividades lúdicas etc.

O concelho tem condições para nele se desenvolver uma agricultura de montanha, moderna, rentável e de fixação de população, á semelhança da Suíça.

Onde as dificuldades da exploração, ou outra forma de organização fundiária não permitirem tal desenvolvimento outros modelos de exploração e de cultivo deverão surgir.



 6

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Apontamos á agricultura de grupo, quer sob a forma de agrupamento de produtores, quer sob a forma de agrupamento por culturas, quer sob a forma de sociedades agrícolas quer sob a forma de organização cooperativa, quer sob forma de unidades coletivas de produção a fazer lembrar os Quibbutz de Israel, onde o Ministério de Agricultura é dos mais poderosos do mundo, quase um estado dentro d'outro estado...pode-se recuperar o espirito comunitarista da entreajuda e da solidariedade. Como veem agricultura de grupo, não é sinónimo de atraso nem regresso ao passado. Sugerimos isenção de impostos sobretudo a quem se fixasse e produzisse em regime de agricultura de grupo.

Apontamos á indústria amiga do ambiente e transformadora dos produtos produzidos nos diferentes polos de desenvolvimento.

Condenamos aqui veemente o desaparecimento de serviços técnicos agrícolas do estado.

Condenamos aqui a malfadada pista de automóveis, que pouco se sabe acerca do prejuízo que acarreta direta ou indiretamente ao município e á região e cuja zona poderia ser de uma área equestre com escolas de equitação, turismo todo o ano com a vantagem de conhecer um desenvolvimento Ecológico, respeitando a natureza e a biodiversidade.

Condenamos com veemência a exploração mineira que tem a cobertura do Plano diretor Municipal desde 2013 e ainda não concluída a sua revisão.

E aqui Senhora Presidente a luta contra as minas não se resolve apenas com providencias cautelares. Foi aqui sugerido o envolvimento de todos os municípios desde as Câmaras do Alto Tâmega, àquelas que também são afetadas pela barragem do Alto Rabagão, como Vieira do Minho, Amares, Terras de Bouro, Braga, Barcelos, etc. citando Sérgio de Sousa Pinto ilustre Socialista, quando se referiu ao lobby Algarvio no caso da exploração do petróleo no Algarve disse: aqui nunca mais se falou em exploração petrolífera, aqueles desgraçados transmontanos, não tem peso político, vão desgraçar a região.

Afirmamos aqui que os nossos principais recursos deveriam beneficiar as famílias mais necessitadas, como por exemplo a eletricidade e diga-me alguém que esteja sentado nesta Assembleia se acha que os nossos idosos podem pagar os custos de eletricidade para aquecimento no inverno, com reformas de 300 euros e menos? A Bélgica que também não tem petróleo, para além de outras medidas, reduz o preço da eletricidade assim que se atinge a idade da reforma.

Batemo-nos por politicas que defendam a nossa floresta autóctone, pela biodiversidade pela pureza do ar e da água.

Apresentamo-nos como defensores do conceito de Felicidade interna Bruta FIB em Contraposição ao Produto interno Bruto PIB, aliás deixem-me dizer aos meus companheiros de bancada, se alguém estiver a cogitar que isto é anacrónico, este conceito de FIB, foi defendido se bem se lembram por Luis Montenegro no debate com Rui Rio.

Defendemos aqui a nossa identidade cultural, sobretudo com a introdução da cultura galaico-portuguesa, do galego e do português respetivamente nas escolas dum lado e do outro da fronteira virtual, as relações com os vizinhos galegos, não podem circunscrever-se a comer o cozido em Portugal e o Polvo na Galiza.



*Handwritten signature* 7

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Enfim, abordamos aqui muitos outros temas de interesse para a macroeconomia do concelho e que constam nas atas desta Assembleia que, de per si justificaram o meu envolvimento para este mandato que me foi oferecido.

Parto convicto de que partilhei uma ideia para o desenvolvimento da nossa região.

Dos companheiros que tive o prazer de acompanhar levo as melhores recordações. Foram combatentes dentro dos ideais democráticos. E lembrem-se que em democracia, como na vida os grandes derrotados não são os que perdem, mas sim os que desistem. Da bancada do PS levo algumas boas lembranças, mas com o agridoce de muitos, mas mesmo muitos autarcas, que tanto gostaria de ter escutado, nunca terem usado da palavra para exporem os problemas ou os sucessos da sua freguesia dando a ideia de que está tudo muito bem. Mesmo assim o meu muito obrigado por me meterem escutado, penso eu, com alguma deferência.

Finalmente...ao olhar para o aspeto desolado com que se me afigura o Barroso, sem gente, terras abandonadas e recursos depauperados, tal como dizia M. Unamuno sobre Espanha, nesta reflexão levo a preocupação pela identidade e o destino do concelho! Quo vadis Montalegre.

Pelo Comunitarismo, Por Montalegre. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo.

A deputada municipal Francisca Martins entregou o seguinte documento à Mesa: "Bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Ex.mos Vereadores Municipais, Ex.mos Deputados, Ex.mos Presidentes das Juntas de Freguesia, Estimado Público,

Este verão foi um dos mais quentes dos últimos anos, e infelizmente o nosso concelho acabou por ser também afetado pelos incêndios que invadiram o nosso país. Gostaria de deixar uma palavra de enorme agradecimento a todos os bombeiros que diariamente colocam a sua vida em risco para salvar o nosso território. Igualmente deixo uma palavra de gratidão à população, que apesar de não ter preparação para tal, não baixar os braços nem duvidar quando foi necessário agir. Todos foram incansáveis para travar os incêndios. Um enorme bem-haja a todos eles.

Aproximam-se as eleições autárquicas, e é com muita pena que vejo cartazes de campanha pintados, manchados, alguns ilegíveis, com um propósito que não me parece, de todo, positivo. Num país democrático e onde a liberdade deveria predominar, cabe ver até onde poderá ir a liberdade de cada um, quando o objetivo é só e apenas prejudicar os outros.

Espero que assim não seja, mas a verdade é que esta pode ser a última Assembleia Municipal em que participo. Cabe-me agradecer a todos os montalegrenses, em especial a todos os meus companheiros. Foi na verdade uma honra estar aqui com todos vocês, a lutar pela nossa gente e pela nossa terra. Foi uma caminhada bem construtiva e desafiante. Acredito e espero estar presente na próxima Assembleia para a tomada de posse, e para continuar a cumprir o meu papel, e o meu propósito: dar voz à nossa população e às suas necessidades.

Aproveito também para deixar as minhas mais sentidas condolências à família e amigos do Sr. Manuel Carvalho.

Um bem-haja a todos. Obrigada. Assinado, a deputada Municipal Ana Francisca Martins."



8

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caros Montalegrenses.

Chegamos hoje à última sessão desta assembleia municipal antes das próximas eleições. É inevitável que, neste momento, se faça um balanço. São quatro anos de trabalho, quatro anos de confronto democrático, quatro anos em que, do lado do PSD, nunca nos calámos, nunca fugimos, nunca desistimos de dizer o que tinha de ser dito. É um momento solene, sim, mas é também um momento de esperança, porque sei que este ciclo de poder esgotado está prestes a terminar.

E antes de tudo, quero começar com agradecimentos. Aos meus colegas de bancada, deixo o meu profundo reconhecimento. Foram quatro anos exigentes, muitas vezes duros, em que estivemos sujeitos a críticas injustas, a insultos pessoais, a pressões constantes. Mas resistimos. Estivemos sempre de pé. Representámos com dignidade os montalegrenses que acreditaram em nós. Já somos vencedores, porque avançámos, porque tivemos coragem de enfrentar um sistema que há 35 anos se habituou a pensar que era dono do concelho. Já somos vencedores porque não nos deixámos abater por chantagens, porque não cedemos a ameaças, porque nunca deixámos que nos calassem. Num concelho onde se cultivou a ideia de que só havia um caminho, nós mostramos que havia outro. E só por isso já mudámos Montalegre.

Mas olhemos à volta e vejamos o que nos deixa o Partido Socialista depois de 35 anos de poder absoluto. Deixa-nos um concelho a perder gente — menos 46% da população. Deixa-nos um território envelhecido, onde há 544 idosos por cada 100 jovens. Deixa-nos aldeias a desertificar, famílias a partir, jovens a emigrar e serviços públicos cada vez mais pobres. Isto tudo quando tinha nos cofres mais de 7 milhões de euros.

É esta gestão de vazio nas ruas que serve de bandeira a este executivo. Um orgulho que mostram como se fosse sinal de boa gestão. Mas que boa gestão é esta que guarda dinheiro enquanto as crianças estudam em contentores encharcados pela chuva? Que boa gestão é esta que acumula saldos enquanto as estradas do concelho estão esburacadas e o saneamento continua por fazer? Que boa gestão é esta que prefere poupar para a fotografia em vez de investir nas pessoas? Isto não é gestão. Isto é miopia. É um concelho governado de calculadora na mão, com visão de tesoureiro, sem alma e sem estratégia, com pressa agora para mostrar alguma coisa.

E não falemos só da inação. Falemos também da vergonha. Montalegre foi arrastada para as páginas da justiça nacional. Um executivo que começou com um presidente e termina com outro, não porque o povo o decidiu, mas porque foram imputados mais de mil crimes a figuras do PS local. Mais de mil crimes! Uma mancha que não desaparecerá da memória coletiva. E o atual executivo? Fingiu que não sabia. Fingiu que nada aconteceu. Fingiu que podia seguir como se fosse normal que um concelho inteiro fosse envergonhado desta forma. Pois não é normal. É inaceitável. E é precisamente este silêncio cúmplice, esta incapacidade de assumir responsabilidades, que define a governação socialista: arrogância, opacidade, isolamento.

Durante quatro anos, assistimos ao espetáculo habitual: prioridades trocadas, recursos mal aplicados, desperdícios evidentes. O exemplo máximo está nos 17 milhões gastos na pista de Rallycross, um verdadeiro elefante branco, que suga recursos enquanto



*9*

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

freguesias inteiras mendigam por 515 mil euros por mandato para resolver problemas básicos. E depois, claro, o folclore eleitoral. Porque quando se aproximam eleições, há sempre pressa. Obras apressadas, asfaltos de última hora, inaugurações sem conteúdo. E, como não podia faltar, o despesismo: festas, almoços, lanches, tudo pago com o dinheiro de todos, enquanto durante décadas se ignoraram as necessidades mais urgentes do concelho.

Ao longo deste mandato, o PSD não se limitou a criticar. Trouxemos propostas concretas, consistentes e realistas. Propusemos apoios claros à pecuária — 120 euros por vitelo barroso, 60 para os restantes, 30 mil euros para apicultura. Defendemos incentivos fiscais para atrair investimento, a isenção de derrama, a redução do IMI para jovens agricultores, a devolução máxima do IRS. Apresentámos soluções para apoiar as famílias: creches desde 2017, um centro geriátrico, programas para idosos isolados, atividades de envelhecimento ativo. Propusemos gabinetes de apoio ao empresário, para fixar empresas e jovens casais, e gabinetes dedicados aos emigrantes, para lhes abrir as portas do concelho e facilitar o regresso.

Lutámos pela requalificação da EN103, pelo reforço do Hospital de Chaves, pela criação de uma ULS no Alto Tâmega e Barroso. Sugerimos iniciativas que aproximassem a comunidade: o regresso do Festival de Teatro e o Walking Football para os nossos seniores. Fizemos o que tínhamos de fazer: pensar o futuro, construir alternativas, mostrar que há caminho.

E o que fez o executivo? Rejeitou, ignorou, ridicularizou. Mas depois... copiou. Copiou porque não tinha ideias próprias. Copiou porque reconheceu, sem o dizer, que era o PSD quem tinha visão. Mas copiar não é governar. Copiar não é liderar. Copiar é apenas admitir que a imaginação se esgotou e que só o PSD ainda acredita em Montalegre.

É este o desgaste de 35 anos de poder absoluto. Quando um partido se confunde com o concelho, quando o poder se confunde com a democracia, instala-se a arrogância. Instala-se a opacidade. Instala-se a ideia de que nada muda, de que tudo está garantido, de que o povo não tem alternativa. Mas tem. E vai usá-la.

Os sinais já são visíveis. Nas legislativas, o PS caiu para valores históricos, abaixo dos 33%, o pior resultado desde 1989. A abstenção sobe porque as pessoas estão fartas. Fartas de promessas que não se cumprem, de discursos repetidos, de lideranças cansadas. Fartas de um concelho parado no tempo, quando vizinhos como Boticas ou Vieira do Minho mostram que é possível investir em turismo sustentável, em incentivos à economia local, em políticas que criam futuro.

E é aqui que entra a nossa convicção. O PSD está pronto para virar a página. Temos uma equipa jovem, motivada, preparada para governar com coragem e com dedicação. Temos ideias, temos visão, temos propostas. Queremos empregos dignos, famílias fixadas, idosos valorizados, emigrantes de regresso. Queremos um concelho transparente, onde não haja lugar para suspeitas nem para vergonhas. Queremos um concelho moderno, inovador, mas sempre fiel à sua identidade agrícola e florestal. Queremos que Montalegre deixe de ser exemplo de estagnação e passe a ser exemplo de esperança.

Não queremos o poder pelo poder. Queremos o poder para servir. Para transformar. Para devolver a Montalegre aquilo que lhe foi roubado: a confiança, a dignidade, a ambição. Queremos um concelho que se orgulhe de si mesmo, que seja capaz de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

segurar os seus jovens, de cuidar dos seus idosos, de acolher de novo os seus emigrantes. Queremos um concelho que não precise de disfarçar falhas com festas de última hora, porque terá obras estruturais, investimentos sólidos e projetos de futuro. E deixem-me dizer isto com clareza: já vencemos. Já vencemos porque tivemos a coragem de desafiar o poder absoluto. Já vencemos porque avançámos com candidaturas firmes, mesmo perante pressões e chantagens que colocam em causa a democracia livre. Já vencemos porque mostramos ao povo que há alternativa. Mas vamos vencer também nas urnas, porque é isso que o povo quer, é isso que Montalegre precisa, é isso que o futuro exige.

Despeço-me deste mandato com serenidade, porque sei que nunca traí a confiança dos montalegrenses. Despeço-me com esperança, porque sei que a mudança está ao virar da esquina. E despeço-me com convicção, porque sei que Montalegre vai virar a página da estagnação, da vergonha e da corrupção. Viva Montalegre, viva Barroso! Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

A deputada Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar todos os elementos da Mesa; Exma. Senhora Presidente da Câmara e na sua pessoa cumprimentar os Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados: começo esta minha intervenção fazendo uma breve resenha daquilo que tem sido a execução deste mandato que agora termina. Fátima ao leme desde outubro de 2022.

Durante um ano, como muitos diziam, “anda à deriva”, “anda a dormir”, “não faz nada”! Fez, fez! Nesse ano preparou-se para a condição de Presidente, adaptou-se à condição de Presidente, e tornou-se Presidente de corpo e alma, para no ano e meio que se seguiu ela e o seu executivo concretizar e concretizar muito.

Encerrou um quadro comunitário e lançou outros, com todo os projetos aprovados e muitos milhões de euros em obra adjudicada, para verdadeiro prestígio e desenvolvimento da nossa terra.

Desde estradas, à recuperação de vias, idealizou e começa a materializar muitas das infraestruturas que eram esperadas há mais de 20 anos! Criou respostas para a saúde, criou respostas para as famílias carenciadas, incrementou os apoios às associações espalhadas um pouco por todo o concelho, aumentou os apoios aos nossos agricultores e à agricultura, gerou mais e melhor economia com as festividades e feiras que dão renome a este concelho; conotando nacional e internacionalmente este concelho a nível gastronómico e turístico.

Concretizou tudo isto em tempo ímpar!

No caso de Santo, vamos ter o Pavilhão Multiusos, está já a ser construído, vamos ter estádio, obras em execução. Estes dois equipamentos vão permitir a prática desportiva condigna aos nossos atletas, e aos nossos fregueses, incluindo os de fora; vamos ter creche, concurso será lançado em breve; melhoraram-se estradas e assearam-se as aldeias e outras se seguirão.

Se há quem não reconheça ou agradeça, eu reconheço e agradeço cada cêntimo que ali foi e vai ser empregue.



*Luís* 11

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Obrigado por ter ouvido! Obrigado por me ter ouvido a mim e a muitos colegas de bancada, porque muitas das intervenções realizadas na minha freguesia, foram aqui, neste pleito, neste espaço que é o idóneo, solicitadas e exigidas.

A senhora esteve aqui, neste salão, como está em qualquer festa ou convívio, com ou sem lanche, de cabeça erguida, simples e acessível, com respeito e com verdadeiro sentido de responsabilidade.

E nós deputados do PS, gente de Barroso, gente de trabalho, gente forte, iguais em direitos e liberdades e livres de quaisquer amarras como são todos os outros, que não partilham da mesma ideologia política, estivemos aqui coma dignidade, a lealdade e o empenho que nos é do sangue!

Não precisamos de um qualquer perfil falso ou de utilizar a inteligência artificial para destratar ou molestar os outros!

Nós, sobre a bandeira do PS avançamos sem medos, de cara destapada, de cabeça erguida, som seriedade, com respeito, com elevação e com verdadeiro sentido de entrega e empenho para ser, estar e fazer pela nossa terra, pela nossa gente.

A campanha eleitoral, que ainda mal começou, tem sido vergonhosa senhores deputados, e não o é sobre a alçada do Partido Socialista.

Recomenda-se um maior e mais limpo debate de ideias, de projetos, com uma postura de respeito e de educação.

Chega de bora “abaixismos”, “musiquinhas” marotas e publicações enfadonhas, sobre quem tem o leme dos destinos do nosso concelho.

Porventura, se forem poder, cenário que nem o diabo vai querer, vão apenas governar para alguns e vão mandar a “gentinha” embora?

É por tudo isso e muito mais, que o projeto socialista de Montalegre, que os ideais socialistas de todos os nossos candidatos irão merecer a confiança dos montalegrenses!

Dra. Fátima eu confio e acredito em si e na sua equipa! Fátima ao leme, pela nossa terra sempre. Força PS. Assinado, a deputada municipal Catarina Gonçalves.”

O deputado Domingos Vasconcelos disse que estamos no final do mandato de 2025 e que não tencionava intervir, porque o tempo é escasso, mas considera necessário deixar um reparo que, na verdade, já podia ter sido identificado há muito tempo. A estrada que liga Cambedo a Ferral tem os rails de proteção completamente danificados. É uma situação grave e surpreende que, ao longo de tanto tempo e com tantas pessoas a circularem por lá, ninguém tenha tomado a devida atenção a esta realidade.

Recordou que num dia de um casamento, ocorreu ali um acidente grave: um táxi de Ferral despistou-se, o motorista faleceu e só por sorte as duas pessoas da terra, que o acompanhavam, sobreviveram. Naquele tempo nem sequer existiam rails de segurança. Hoje existem, mas estão esmagados e sem qualquer eficácia. É fundamental que isto fique registado, independentemente de quem venha a assumir funções. Este problema tem de ser tratado.

Referiu outra situação semelhante em relação às estradas que passaram da antiga Junta Autónoma de Estradas para a responsabilidade da Câmara Municipal — não são meros caminhos municipais. A estrada de Vila Nova à Central, por exemplo, tem uma ravina extremamente perigosa. Os rails estão destruídos e, se um carro rebentar um



12

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

pneu naquele ponto, há uma queda de cerca de 200 metros até ao rio Cávado. Este assunto deve ser registado e merece prioridade.

É importante, obviamente, realizar trabalhos nas brigadas, melhorar a sinalética e fazer pequenos arranjos. Tudo isso é útil. Mas estas situações que referiu representam riscos sérios para a vida das pessoas e exigem ação urgente. Não podemos ignorá-las.

Esta é a última reunião deste mandato. Desejou felicidades aos que saem, aos que continuam e aos que irão iniciar funções. Agradeceu.

O deputado Hernâni Carvalho disse que vivemos hoje um tempo diferente. Um tempo de reflexão — reflexão sobre o que se fez e sobre o que se quer fazer. Porque, de facto, ninguém faz tudo e ninguém faz tudo bem. E este é também um tempo difícil, como já se ouviu de várias bancadas.

Difícil porque o combate político se tornou mais duro. Há quem insista em arrastar a política para a lama, transformando-a num palco de ataques pessoais, numa personalização constante que não serve a ninguém — muito menos aos interesses dos nossos munícipes. É uma política que se deixa vender à demagogia, que se torna fácil, superficial e pouco válida.

Neste mandato, confiado ao Partido Socialista, assumiu-se uma posição clara. Vieram debater ideias, apresentar posições, apoiar o Executivo Municipal, porque este projeto é conjunto, discutido e estruturado entre todos. E ouvir coisas que, como se disse hoje, “não lembram ao Diabo”.

O exercício destas funções deve responsabilizar toda a gente. Neste período de balanço, devemos recordar que dos insultos, dos ataques pessoais e da postura de cada um resulta sempre uma avaliação do povo. Espera que o povo saiba distinguir entre quem ataca pessoas e quem defende ideias, entre quem contribui e quem destrói. Se, em algum momento deste mandato, foi menos correto ou menos simpático, deixou o seu pedido de desculpas. Mas nunca insultou ninguém — ao contrário do que vimos, infelizmente, neste púlpito, por parte de quem acha que pode exercer funções públicas insultando tudo e todos. Isso é o descrédito da política; é a política da lama, a pior versão da política, que não serve Montalegre.

Agradeceu à deputada Francisca Martins o reconhecimento aos bombeiros. Como todos sabem, três dos valorosos bombeiros sofreram um incidente no Rabagão — um incêndio cujas marcas ainda hoje se veem, não só no nosso património ambiental, mas também nas suas famílias e nos seus próprios corpos. Este episódio deve levar à reflexão sobre a necessidade de proporcionar melhores condições de trabalho, tanto a profissionais como a voluntários, e sobre a urgência de uma gestão mais cuidada da paisagem, do património natural e da convivência com o edificado. Não se aprendeu o suficiente com a tragédia de Pedrógão. Não falou apenas do PS ou do PSD. Ambos estiveram no poder e ambos tiveram responsabilidades — com os bombeiros, com a população e com o território.

Deixou, portanto, uma palavra de profunda solidariedade aos bombeiros e às suas famílias: respeito pelo seu trabalho, respeito pelo seu sacrifício e respeito pelo momento difícil que atravessam.

Voltando à política local, fazer um balanço deste mandato é reconhecer que foi um mandato difícil, mas também um mandato que reafirmou a posição do PS. Quando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

muitos pensavam que o PS estava em baixa, a Sra. Presidente Fátima Fernandes assumiu a liderança, reafirmou o compromisso assumido com Montalegre e apresentou obra, projeto e visão.

Disse que se tivesse de destacar dois ou três projetos estruturantes, sublinharia um que contribuiu decisivamente para que Montalegre tivesse, neste verão, menos incêndios: o apoio às equipas de Sapadores Florestais. Uma medida que cria emprego, reforça as entidades gestoras do território, aumenta a resiliência no combate aos incêndios e capacita as equipas para intervenções que, no momento crítico, fazem toda a diferença. Parabéns pela visão e pela assertividade. É assim que se faz boa política. Uma visão muito assertiva sobre como se deve fazer política. Aproveitando o capital humano, os agentes locais, as associações, apoiando-as — e é assim também que se promove o emprego.

Reforçou que se tivesse de destacar uma marca da sua presidência, sublinharia sobretudo o trabalho feito na área da saúde. Não há território possível sem saúde, sem respostas médicas, porque isso impacta diretamente na qualidade de vida. Tem orgulho em afirmar, por esse país fora, que na sua terra existe um serviço de urgência que se mantém aberto, que atende com dignidade, com tempos de espera praticamente inexistentes e com resposta permanente ao território e que tem também uma ambulância de emergência médica que ainda permanece porque esse serviço funciona e porque potencia toda a resposta pré-hospitalar. Mas há mais. Há obra na saúde. Há novas valências e competências que foram trazidas para Montalegre para aproximar serviços fundamentais dos cidadãos: saúde oral, fisioterapia, atendimentos que evitam deslocações de duas ou três horas para obter cuidados básicos. No Centro de Saúde, melhoram-se condições, alarga-se o horário de atendimento, garantem-se mais consultas e uma resposta mais eficaz de médico de família.

E quando se compara Montalegre com outros territórios, com o respeito que lhes tenho, disse com clareza: Montalegre andaria para trás se quisesse replicar outras realidades. Porque hoje, em quase todas as áreas, estamos mais avançados. Tão avançados que, Sra. Presidente, nem lhe dou apenas os parabéns, agradeço-lhe o rasgo e a visão do Programa de Fixação de Médicos no Interior. Um programa que muitos querem copiar, e ainda bem; não há vergonha em copiar aquilo que é bom. Mas convém dizer: Montalegre foi primeiro. Montalegre liderou. Montalegre preocupou-se em criar respostas e fixar profissionais e fixá-los com aquilo que realmente importa às nossas gentes.

A saúde é, sem dúvida, um pilar fundamental da vivência em Barroso. Ninguém constrói território nenhum sem segurança e sem saúde. Fixar profissionais exige visão, exige persistência, exige políticas públicas consistentes e a Sra. Presidente teve isso. Teve projeto, teve capacidade e, está certo, terá continuidade.

Mas há mais: não se fixa ninguém no território sem uma resposta social capaz. A solidariedade não se proclama, cumpre-se. Executa-se. Não deixa ninguém para trás. E criar respostas sociais certas, nos locais certos, é talvez a principal missão de uma autarquia. A construção da residência para pessoas com deficiência, apesar dos desafios, é um projeto transformador para Montalegre. Porque acolhe, dá dignidade, não só a quem mais precisa, mas também às suas famílias, tantas vezes desamparadas. Esse projeto, com as dificuldades que possa ter, será sempre uma



14

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

bandeira do Partido Socialista: mais uma resposta social, mais uma solução para quem precisa. E, quando nos comparamos com outros concelhos, percebemos que estamos à frente. Porque, sim, grande parte das respostas sociais no concelho têm o patrocínio do município, que percebe que é com as IPSS, com as misericórdias, com as associações e com as redes locais que se constrói território. São respostas que, além de ajudarem, geram emprego e fixam população.

Não vale a pena continuar a transformar o despovoamento num ataque político. Não é um problema de Montalegre. Não é um problema que qualquer câmara do interior consiga resolver sozinha. É um fenómeno estrutural da Península Ibérica e da Europa. E não é sério prometer mares e marinhas, dizer às pessoas que vamos fixar todos, que vamos resolver tudo sozinhos. Isso não é verdadeiro, nem é honesto. O que se pode — e deve fazer — é trabalhar com políticas públicas que ajudem a fixar as pessoas, contribuir com responsabilidade à nossa escala e garantir que não se deixa ninguém para trás. E, se hoje ainda temos pessoas, empresas, famílias e respostas sociais no concelho, é precisamente por causa das políticas públicas que foram ao encontro das necessidades reais da população. Essa é a discussão que se vai ter no dia 12 de outubro. Essa é a verdadeira escolha: entre uma política que promete tudo e nada cumpre, ou uma política que se estrutura com as pessoas, que pensa nas pessoas, que constrói para as pessoas.

Terminou, agradecendo a confiança que em si foi depositada. Tal como a Sra. Presidente, acredita profundamente que a política não se faz para ganhar eleições, faz-se para servir. Procurou não ser apenas mais uma voz, mas ser uma voz séria, responsável e comprometida, à altura das funções que lhe confiaram e da marca do Partido Socialista.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo público e ademais aqui presentes.

Sendo esta a última assembleia deste mandato, cabe-nos como oposição fazer um balanço destes últimos 4 anos.

Constatamos que o concelho continua em modo automático, com obras deficientes. Obras que não são mais do que remendos, sem qualquer planeamento, sem diálogo ou concertação com a população, causando desentendimentos com os visados, atrasos e continuam a não colmatar as necessidades da população.

Ao longo deste mandato, fizemos propostas, apresentamos soluções, que foram sempre chumbadas e recusadas pelo poder local, mas à posteriori mal aproveitadas e mal aplicadas pelo partido socialista, pelo facto de não serem mentores das ideias.

Falou-se aqui na saúde. O ambiente laboral no centro de Saúde de Montalegre e na equipa da ULS é de cortar à faca, isto porque o partido socialista decidiu meter política na saúde. Quando as consequências disso começarem a surgir, não digam que a culpa é do PSD.

Temos andado no terreno e é notório o descontentamento da população em relação à inércia e ineficácia deste executivo em resolver os problemas do concelho e dos municípios.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

A esperança dos Montalegrenses é que esta realidade possa mudar no próximo dia 12 de outubro. Vamos Honrar Barroso. Vamos Renovar Montalegre. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: Sr. Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados: esta é a última sessão deste mandato e, por isso, quero aqui deixar uma palavra a todos aqueles que terminam agora o seu mandato. Mas permitam-me dar uma palavra aos presidentes de junta que agora terminam um ciclo de 3 mandatos e, por impedimento da lei, não podem ser novamente candidatos. A estes, pelo serviço público que prestaram, por serem estes os mais próximos das populações, uma palavra de agradecimento e de reconhecimento.

Mas, uma vez que entramos hoje em período de campanha eleitoral para as próximas autárquicas, quero aqui falar de política.

Falar da política de uns e da política de outros.

Falar da política séria, da política com os mais elevados padrões éticos, a política das causas, falar da política das pessoas e para as pessoas, porque a política é o bem comum, é falar de quem na sua vida foi esta a política que escolheu abraçar. É falar, lembrar e praticar o legado daqueles que nos antecederam. É falar da política de uns. É a política que alguns de nós praticamos, porque temos memória, porque somos herdeiros de um legado histórico, de personagens históricas de quem nos orgulhamos e respeitamos.

Depois há a política dos outros. Há a política da invenção, há a política da ilusão, há a política do bota-abaixo, há a política do ataque pessoal, há a política do desrespeito e da falta de consideração pelo próprio povo e que leva ao descrédito daqueles que praticam essa política, junto daqueles a quem nestas alturas, e sem pudor nenhum, pedem o voto.

E por isso volto aqui ao Estatuto da oposição... ou à falta dele!

Ter estatuto, é ter respeitabilidade, é ter credibilidade, é ter responsabilidade e bom senso.

São inúmeros os exemplos da falta de seriedade política e da mentira.

Então que estatuto pensa que tem esta oposição?

É que oposição com estatuto é a que convence, é a que sabe ser construtiva para ganhar implantação social e para ser vista com ideia de presente e de futuro.

Até pode haver estatuto no grupo, mas mal vai o partido que concede estatuto a quem não goza desse estatuto social.

Por isso, com a indignidade com que pretendem levar a água ao seu moinho, tendo em vista estas eleições, não há estatuto que valha a esta oposição.

O combate político e a luta partidária têm regras, aqui e em todo o lado. E uma dessas regras é haver credibilidade e verdade naquilo que se diz, mas nem todos conhecem ou seguem essas regras. E numa espiral de desespero, andam há anos a descreribilizar a democracia numa cruzada de mentira, insulto e ódio. Não respeitam a democracia, as regras, nem mesmo as pessoas. É o seguidismo da direita extremista e populista. São os revoltados com os próprios Barrosões. Tratam mal a terra e insultam a sua gente, não tendo pudor nem vergonha da triste figura.



16  
*João Carlos Rodrigues*

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

E mais uma vez os barrosões irão falar no dia 12. E irão voltar a confiar no partido socialista e na prof. Fátima Fernandes, porque sabem que não podem confiar em mais ninguém para continuar o trabalho até aqui realizado e projetar o nome de Montalegre. É com iniciativas para as pessoas – como foi desenvolvido, mais uma vez e com muito sucesso, o programa “mexe-te nas férias”, no apoio na conciliação da vida privada e da atividade profissional, onde a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia colocaram um grande investimento no apoio aos pais, mas sobretudo na ocupação, na formação cívica, humana e social que enriquece os cidadãos do futuro, mostrando a importância que tem na comunidade pela integração e socialização que promove.

É nos apoios às associações socioculturais e de desenvolvimento do mundo rural: apoio diretos à produção pecuária; apoio aos agricultores através da Cooperativa; apoio aos agricultores na promoção da batata; apoio aos agricultores através do matadouro; apoio na comercialização do fumeiro, onde perfaz quase 4 milhões de euros nestes 3 anos.

Apoios sociais, apoio aos mais carenciados com ajuda na compra de medicamentos, apoio a estudantes com bolsas de estudo ou material escolar, apoio à família, mas também no apoio às freguesias que faz com que estas tenham dinamismo o ano todo.

E assim, parece que mais uma vez, a ilusão, a realidade alternativa que toda a oposição insiste em criar e em vender às pessoas, cai por terra.

E nós estamos cá, estaremos cá, sempre, para defender, alertar e dizer a verdade às pessoas. Estaremos cá para fazer a política de uns e para denunciar a política de outros, daqueles que não gozam de estatuto. Assinado, o deputado João Carlos Rodrigues”.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, Exmo. Público: quando há dois anos e meio atrás perante uma situação inesperada e difícil em que ficou a Câmara Municipal de Montalegre pela perda dos dois principais elementos, eis que a Dra. Fátima Fernandes tomou conta das rédeas de tão difícil decisão.

Foi um ato de grande coragem que muito contribuiu para subir ainda mais na consideração de quem a rodeava.

Abraçou a causa com enorme garra, mas com a seriedade e firmeza do compromisso com o futuro, consciente de que a tarefa ia ser difícil.

Rodeada de gente séria, empenhada, rigorosa e trabalhadora exerceu uma política de proximidade que não deixou ninguém para trás.


Defendeu orgulhosamente a sua terra e as suas gentes que vêm nela simplicidade, simpatia, amabilidade e competência.

Promoveu os produtos endógenos, apoiou a agricultura, a pecuária, o desporto, as associações do concelho, a saúde, a educação, o serviço social e tantas atividades de cultura e lazer.

Em jeito de conclusão, estamos perante um mandato curto, mas intenso em obras; umas já concluídas e outras tantas em execução.

É, portanto, muito positivo o balanço deste mandato cuja equipa que entre ventos e marés levou a cabo com elevação. Uma equipa de “antes quebrar que torcer”. Fecha-se este ciclo.



 17

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Pessoalmente quer dizer-vos que me senti aqui muito bem, dei o meu melhor e, por isso, quero agradecer a todos a amizade, o respeito e a alegria que partilhamos neste espaço da democracia onde tomamos decisões, convivemos e adquirimos conhecimento.

Houve discordâncias saudáveis que não deixaram ressentimentos.

Não esqueceremos aqueles que perdemos e que foram importantes na nossa caminhada. Da minha parte um abraço agradecido a todos.

À Dra. Fátima Fernandes e à sua equipa auguro um futuro brilhante que terá início no dia 12 de outubro, nas próximas eleições autárquicas pois tenho a certeza que a vitória vai ser nossa a bem de Montalegre. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo."

O deputado Acácio Gonçalves disse que não podia deixar de se associar ao voto de pesar pelo falecimento do estimado Manuel Carvalho. Associou-se, assim, ao voto apresentado pelo Partido Socialista.

Sendo hoje o último dia de mandato, a última sessão, não quis deixar de dizer umas palavras. Ao longo de mais de 40 anos nestas andanças, já conta mais de 160 sessões e assim considera-se um veterano desta casa. E, como sempre, gostou de aqui estar.

Venha quem vier, cá estará para enfrentar o que tiver de ser enfrentado, seja na oposição ou na liderança da Câmara. Enfrentará tudo "com o peito às balas", como sempre fez. Porque, na política, muitas vezes "somos presos por ter cão e presos por não ter". A oposição crítica, é acusada disso e daquilo, mas a oposição tem é de dizer as coisas com clareza. E se forem ditas com palavras complicadas, ninguém entende. Quando usamos palavras que o povo compreende, tudo corre melhor.

É verdade que, por vezes, há ofensas e críticas ditas de má-fé, umas que deviam ser tratadas no tribunal, outras aqui, outras noutros sítios. Mas é o que é: faz parte.

O que não pode deixar de dizer é que muito se ouviu sobre críticas à oposição, mas ele assistiu aqui, juntamente com o Marinho, a debates do Partido Socialista, e bem se lembra dos tempos em que nem sequer estava nessa bancada. E ouviu horrores. Ofensas pessoais de toda a ordem. Mandavam tudo "por patacos". E agora querem vir aqui dar lições? Lições de quê? Já estamos fartos de lições.

Ele e o Marinho, andavam no terreno. "Criticamos quando tivemos de criticar, falamos com palavras do povo, que é quem compreende aquilo que dizemos. Isto de falar em números, estatísticas, dizer que a Câmara tem índices ótimos, isso é muito bonito, mas são os 30 milhões que fazem girar. É como a energia atómica: se não houver energia, nada funciona.

E, por isso, temos de compreender como as coisas são", disse. Não quis deixar de dizer aqui, com toda a sinceridade, que não sabe se sempre fez tudo corretamente ou se foi sempre bem entendido. De qualquer maneira, deixou um pedido de desculpas, respeitosamente, por aquilo que, por vezes, possa ter interpretado mal, criticado mal ou feito mal. É a melhor atitude que podemos ter: reconhecer quando erramos.

O deputado António Ferreira disse que quando aplicou o termo "de acertar o passo", aquilo que a senhora deputada Sandra aqui veio dizer, é uma ofensa, não só a ele, mas a todos os socialistas. Ele só quer dizer que toda a gente que estava na reunião, muito provavelmente, percebeu o sentido da aplicação da sua frase. Mas está convicto de que



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

vai voltar a dizer novamente e dizer para se porem à tabela que o passo vai ser acertado outra vez. Isto no sentido que todos entendem, não no sentido daquela tentativa de agressão à senhora deputada Sandra. Com a idade que tem, nunca foi insultado, nem nunca insultou ninguém. Mas aconselhou os socialistas a que estando entre a espada e a parede, escolhem a espada. Nunca às costas na parede.

O deputado José João Moura, em representação da bancada do Partido Social Democrata e o deputado Acácio Gonçalves associaram-se ao voto de pesar apresentado.

O voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel António Silva Carvalho foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente da Câmara cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, demais membros da Mesa, Srs. Vereadores, caros Deputados Municipais, público em geral e comunicação social.

Antes de responder aos interpelantes, deixou uma informação dirigida aos Senhores Presidentes de Junta para que, por volta das 14h00/14h15, se desloquem à Câmara para levantar o equipamento informático destinado às suas Juntas. Trata-se de mais um passo na implementação do programa "Município para Todos", reforçando o serviço de proximidade que se quer prestar aos fregueses, permitindo também, conforme já previsto e tratado, avançar com o apoio de TeleSaúde.

Agradeceu a todos pelo contributo que deram para a dignificação da política e dos grupos municipais aqui representados. Agradeceu igualmente as sugestões apresentadas e até os reparos — uns mais justos, outros menos justos — mas que, ainda assim, contribuíram para um caminho mais profícuo e para o bem comum.

Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia pela forma equilibrada, justa e rigorosa com que conduziu os trabalhos e agradeceu também a todos os deputados pela ação fiscalizadora que lhes compete.

Contudo, lamentou que, mesmo sendo a última sessão do mandato, continue a persistir, por parte de alguns, um tom agressivo e insultuoso, uma linguagem menos própria. Não se apresentam propostas, mas sobra acusação, muitas vezes infundada, usando-se uma linguagem que, frequentemente, diz mais sobre quem a profere do que sobre o assunto em debate.

Em contraste, é encorajador ver a diferença na forma e no conteúdo da intervenção de alguns deputados. Ficou bem evidente nesta sessão.

Agradeceu à deputada Catarina Gonçalves, Presidente de Junta, muito obrigada; ao caro deputado João Carlos, muito obrigada; e ao caro deputado Hernâni Carvalho, muito obrigado também pelas palavras e reflexões.

Associou-se plenamente ao voto de pesar apresentado pelo falecimento do deputado Manuel Carvalho, sobretudo porque se perdeu um amigo. Ambas as bancadas perderam um amigo. Partiu um homem bom, um homem elegante, um homem de visão e um homem profundamente solidário. Partiu demasiado cedo e vai deixar saudade.



*[Handwritten signature]* 19

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Honra-a muito ter tido o privilégio de o chamar de amigo e de se poder hoje falar da sua memória, tendo apenas palavras elogiosas a seu respeito. À sua família e aos seus amigos, enviou um abraço solidário.

Passando agora às intervenções produzidas nesta sessão, é interessante verificar, pelo tom, pela forma e pelo conteúdo, que há forças políticas que continuam sem apresentar propostas. O seu único propósito é derrotar o Partido Socialista. Portanto, se existe uma coligação, ela está aqui visível: CDS-PP, PSD e o Movimento, todos unidos no mesmo objetivo. Não para apresentar soluções para o desenvolvimento da nossa terra, mas movidos pelo desejo fervoroso de derrotar o Partido Socialista. Só que o Partido Socialista não está derrotado. O povo falará. E, democraticamente, vai-se ver o que esse povo, o tal povo que está muito zangado, muito aborrecido, que fala muito, mas também tem muito medo como dizem, decidirá. Será o povo a falar.

Quanto à linguagem e às afirmações que por vezes se fazem, importa esclarecer o seguinte: esta Câmara não guarda dinheiro, não cria “cofres” nem acumula saldos escondidos. É fundamental que algumas pessoas compreendam como funciona a contabilidade pública e o orçamento municipal.

Portanto, não estão “guardados” 7 milhões. Neste momento, até são cerca de 9 milhões, mas esse montante está totalmente comprometido com obras, algumas já iniciadas e outras prestes a começar.

Não será ela, nesta última sessão da Assembleia, a explicar novamente o que é um compromisso. Mas convida quem tiver dúvidas a procurar esclarecimento para que possa compreender corretamente o assunto.

Repetiu que os nove milhões de euros estão integralmente comprometidos com contratos já celebrados para a execução de obras.

Fala-se, por aí, em “vergonhas” e que o Executivo “fingiu que nada aconteceu”. Não é verdade. O Executivo cumpriu aquilo que lhe competia e que era a sua obrigação.

Os mandatos são de quatro anos. Os programas eleitorais sufragados pelo povo têm validade para quatro anos. E os eleitos, tendo legitimidade democrática, fizeram o que deviam fazer, com coragem, com rigor e com determinação.

E o resultado está à vista de todos. Outros, talvez, desejassem que as coisas fossem diferentes. Talvez preferissem a inação, a hesitação, talvez até a covardia. Mas os socialistas não são covardes. Nunca foram. Foram fundadores da democracia, lutadores por essa democracia, e tem nos genes essa índole combativa de defender aquilo em que se acredita.

“Somos também verdadeiros democratas e acreditamos na justiça. A justiça é o garante da democracia. A justiça seguirá o seu caminho e cá estaremos para a reconhecer quando cumprir o seu papel. A justiça não pode ser algo que serve apenas quando convém a uns e incomoda quando convém a outros.

Há quem queira regressar às trevas, fazer julgamentos na praça pública, julgamentos “no pelourinho”, como se fazia há muitos anos. Não voltaremos atrás. Nunca mais.

Ainda que existam todos estes conluios, veremos o que estas coligações ainda trarão. E veremos também que outras forças políticas poderão querer juntar-se à mesma panela”, disse.

Quanto às inaugurações, pergunta-se verdadeiramente em que concelho alguns pensam que vivem. No concelho de Montalegre, não se veem inaugurações nenhuma.



 20

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Pelo contrário, por esse país fora, e começando no maior concelho de Portugal, que é Lisboa, veem-se inaugurações diariamente. Vê-se política feita na televisão a toda a hora, vê publicidade política constante, muitas vezes contrariando a própria lei, e ninguém se escandaliza. É algo que está à vista de todos.

Quanto ao financiamento das festas, importa esclarecer: a Câmara não dá apoio financeiro a todas as festas, apenas para os grandes eventos que atraem público, geram economia, promovem desenvolvimento e dão visibilidade ao nosso concelho, transformando-o numa marca reconhecida. E é assim que se continuará a atuar.

Para os eventos, a Câmara é sempre convidada e estarão presentes, porque é uma obrigação representar o Município, seja onde dor. Reiterou dizendo que estará sempre presente com gosto e irão a todas as festas para as quais forem convidados.

Sobre a questão das obras antes das eleições: continua-se a ouvir o mesmo discurso gasto. Sim, há eleições e obras que podem coincidir com períodos eleitorais. Mas importa ser claro: as obras realizam-se quando existem necessidades identificadas, projetos e orçamentos aprovados e concursos concluídos. Só depois se adjudicam e executam.

Em 2024, realizaram-se cerca de 6 milhões de euros em obras, algumas antes das eleições legislativas e outras agora, antes das autárquicas. Isso não é aproveitamento político, é gestão responsável, respondendo às necessidades da população.

O concelho, no seu conjunto, tem mostrado progresso, apesar de alguns tentarem alegar estagnação. Mas os factos são claros e demonstram a realidade.

Relativamente à perda de população, os dados do último censo (2011–2021) indicam: Boticas: -13%; Montalegre: -11,9%; Valpaços: -12,8%; Vila Pouca: -10,3% e Chaves com uma menor perda, mas também negativa.

Ou seja, Boticas foi o concelho que mais perdeu população neste período.

Ao analisarmos períodos anteriores, verifica-se que as décadas com maior perda populacional foram entre 1970 e 1990. Nem por isso se acusou a gestão do Município desses anos, pois a realidade demográfica é influenciada por múltiplos fatores ao longo do tempo.

Relativamente aos indicadores da atividade económica, há dados oficiais até 2023 e 2024, disponíveis publicamente no INE e em outras fontes acessíveis. Podem fazer um levantamento detalhado para quem estiver interessado: número de empresas por concelho: Montalegre: 1.709; Boticas: 702; Ribeira de Pena: 790; Vieira do Minho: 1.493 (apesar de ter uma autoestrada próxima); Terras de Bouro: 930.

Estes são apenas os cinco municípios mais próximos e frequentemente referenciados nas discussões.

Em 2025, já foram constituídas 30 novas empresas de janeiro a setembro, o que demonstra dinamismo económico.

No setor do turismo, um indicador importante do desenvolvimento do concelho, dormidas em 2024: 22.880 (dados oficiais, excluindo as não declaradas); Crescimento em relação ao período anterior: +66,2% (Portugal registou +14,5%); comparando com 2019, verifica-se uma evolução significativa.

Em saúde e serviços públicos: médicos por mil habitantes: rácio de 2,1, subindo de 1,5 em 2021.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Em termos de migração e atividade empresarial: saldo migratório positivo em 2025: 106 pessoas; constituição de pessoas coletivas: +27 em 2023, perto de 30 em 2025

Indicadores económicos e de emprego: volume de negócios (em milhares): de 70.000 para 113.000; pessoas ao serviço (empregos): de 2.086 para 2.545

Indicadores do turismo e alojamento: capacidade de alojamento: de 332 para 516 em 2024; número de hóspedes: de 7.497 para 13.847; proveitos nos alojamentos (em milhares): de 805 para 1.321

Estes números demonstram claramente o dinamismo, crescimento económico e turístico do concelho de Montalegre e refletem os resultados de políticas consistentes de desenvolvimento local.

Quanto às transações financeiras e indicadores de consumo no concelho: as compras através de terminais de pagamento automático duplicaram, passando de 10 mil para 21 mil; levantamentos nas caixas automáticas também aumentaram, de 20 mil para 26.594, refletindo a presença e circulação de pessoas no concelho.

Estes dados são públicos e podem ser verificados nas bases de dados oficiais ou questionados para confirmação. É importante que todos tenham acesso a informações fidedignas antes de tirar conclusões precipitadas.

Há quem diga que o concelho está “parado” ou que “não acontece nada”. Mas os números mostram que existe dinamismo e isso não é obra do acaso. O PS conhece bem a terra e as pessoas, sabe quais são as necessidades e onde é preciso intervir. Por isso mesmo existem projetos contínuos de melhoria. Ao contrário de algumas iniciativas anunciadas publicamente pela oposição, muitas vezes irrealistas, estruturam-se os projetos com base em dados concretos e orçamentos municipais reais, garantindo rigor e viabilidade.

Relativamente ao orçamento municipal, algumas observações: não falem apenas em “30 milhões”. O orçamento da Câmara Municipal de Montalegre está perto dos 40 milhões, em 2025, sendo este um ano atípico, devido à entrada de fundos comunitários. Estes fundos aumentaram o valor do orçamento porque a Câmara foi a única, na CIM do Alto Tâmega e Barroso, a ter todos os projetos e candidaturas preparados e apresentados em primeiro lugar, garantindo a sua aprovação. Neste momento, apenas uma candidatura aguarda decisão da CCDR.

Portanto, o que pode parecer um valor elevado ou “atípico” tem explicação: é fruto de planeamento estratégico e de uma gestão rigorosa, garantindo que os recursos disponíveis são aplicados de forma eficiente no desenvolvimento do concelho.

Relativamente ao orçamento municipal, importa esclarecer que quando os projetos dos fundos comunitários são aprovados e os autos de decisão emitidos e aceites, o valor do orçamento aumenta. Temos boas finanças porque, além dos fundos comunitários, existe a contrapartida nacional de 15% que deve ser considerada. É este equilíbrio entre despesa e receita que nos permite avançar com as obras previstas.

O orçamento normal da Câmara não seria esse sem a preparação e a aprovação destas candidaturas e projetos. É fundamental compreender quanto é que importa para a despesa e quanto para a receita. Sempre que se apresentam projetos que aumentam a despesa, tem de se saber de onde virá a receita correspondente, mantendo o equilíbrio financeiro.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Portanto, não é sério oferecer apoios indiscriminados, nem mesmo às empresas. Por exemplo, Montalegre tem 1.709 empresas, todas com direito a criar emprego. Veja-se o impacto de algumas promessas no orçamento, promessas irrealistas.

Infelizmente, ainda se ouvem discursos baseados em insinuação, calúnia e difamação, mesmo nesta sessão de despedida. Não se pode admitir alegações graves e infundadas sobre supostas ofertas de empregos na Câmara. Esses discursos são antidemocráticos e carecem de qualquer fundamento.

É importante esclarecer que qualquer pessoa tem legitimidade para se candidatar a concursos públicos, que são abertos para responder a necessidades concretas de serviço público. No próximo ano, cerca de 40 funcionários estarão em condições de aceder à reforma e por isso é necessário planeamento e concursos, garantindo que os serviços continuem a funcionar sem sobressaltos.

Qualquer tentativa de aliciar pessoas de empresas para virem trabalhar na Câmara é inverosímil e sem fundamento e as acusações nesse sentido não passam de manipulação e calúnia. É necessária mais seriedade no debate público.

Relativamente ao tema do lítio e das minas, disse que concorda plenamente que a solução não se resolve apenas com providências cautelares. É necessário envolver as autarquias vizinhas de forma organizada e estratégica. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Montalegre, apresentou um parecer desfavorável aos restantes cinco municípios da região que foi aprovado por unanimidade e remetido às entidades competentes.

O Deputado João Carlos tem razão, disse, é uma indignidade aquilo que se diz quando se procura descredibilizar a política. E depois admiramo-nos quando a população demonstra desinteresse pelos políticos. “Políticos somos todos, de uma bancada e da outra, e devemos agir sempre com ética e responsabilidade. Não é aceitável recorrer às redes sociais para insultar adversários ou tratá-los por “gentinha”, ainda mais quando somos candidatos ao órgão maior e mais importante do município. A política exige ética e respeito, sempre.


Em relação aos bombeiros, enviou um abraço solidário aos três bombeiros que, recentemente, ficaram feridos enquanto cumpriam a sua nobre missão de proteger os bens e vidas da população. Desejamos-lhes rápidas melhoras. Continuaremos a apoiar ambas as corporações, porque sabemos o que significa ser voluntário — um serviço que não é remunerado com um salário digno.

Defendemos que os bombeiros não devem depender apenas de subsídios, mas sim de ordenados dignos e pugnar por isso será uma prioridade no próximo mandato.

Destratar as obras que se fazem também é vergonhoso. É ainda importante que, quando se têm responsabilidades de fiscalização, se denuncie qualquer obra que não esteja nas devidas condições. Mas essa denúncia deve ser feita nos órgãos competentes para que possa ser devidamente tratada. Esta é a forma correta de agir.

Relativamente ao desporto e ao campo de Salto, é verdade que, atualmente, os jogadores têm jogado nos campos de concelhos vizinhos. Mas brevemente terão condições para jogar em casa, graças a projetos socialistas. Alguns questionam por que se vai requalificar o campo de Salto antes de existir uma equipa, mas esquecem que já existe uma equipa de veteranos. Sem campo, não há equipa; com campo, as equipas surgem naturalmente.



 23

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

As obras que estão projetadas não serão realizadas pelo PSD, mas, mesmo que fossem, não se esqueça quem planeou, angariou os recursos, adjudicou e iniciou os projetos. Contudo, será o PS que as vai concretizar com toda a certeza.

Sobre o Parque Aquático, este projeto não é apenas um espaço de lazer, insere-se num projeto maior de desenvolvimento do concelho, com a requalificação e beneficiação de toda a área envolvente do Rio Cávado e financiado por fundos comunitários.

O objetivo é gerar riqueza, desenvolvimento e atratividade, tal como os grandes eventos que Montalegre tem organizado e que já receberam vários prémios, sem qualquer custo para a Câmara.

Para finalizar, disse que Montalegre é efetivamente lindo, mas tornou-se ainda melhor porque alguém lhe deu visibilidade e dinâmica económica. A história e beleza de Montalegre geram agora mais rendimento para quem cá vive, seja através da agricultura, da hotelaria, da restauração, de alojamentos locais, de pequenos comércio ou de empregos criados a partir desta dinâmica.

É importante lembrar que a maioria das empresas abertas no concelho são nos setores da hotelaria e agricultura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Sim, 30 milhões geram impacto, mas é necessário alguém para colocar esses recursos a funcionar. E é exatamente isso que irão continuar a fazer.

Inscreeveu-se para esclarecimentos o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura disse que para além de refutar a retórica de que a oposição apenas critica e não apresenta propostas, gostaria de trazer dados concretos para a discussão.

Em termos de turismo, por exemplo: Terras de Bouro representa metade das dormidas do Parque Nacional da Peneda-Gerês, tendo registado um aumento de 215% nos últimos anos; Montalegre, comparativamente, representa apenas 5% das dormidas no Parque.

Em relação à população e à mão de obra disponível, o concelho enfrenta desafios significativos: cerca de 50% da população tem mais de 55 anos; Montalegre possui, segundo os últimos censos, 9.279 residentes, o que levanta questões sobre de onde provém a mão de obra necessária para as novas empresas criadas.

Quanto ao despovoamento, sabe-se que é um problema transversal, mas é legítimo questionar: o que tem sido feito em Montalegre para combatê-lo? Existem exemplos práticos noutros concelhos que podem servir de referência: Os Novos Povoadores (Arcos de Valdevez, Alto Minho, desde 2017): atração de investidores estrangeiros e imigrantes para turismo e agricultura, com resultados concretos, vieram quatro investidores para a região; Repovoar Arcos de Valdevez (desde 2019): aumento da população entre 5% e 10%; Sistema de incentivos de base territorial da CIM Alto Tâmega e Barroso: Montalegre foi o concelho com menor adesão ao sistema, algo que precisa ser corrigido; Programa Trabalhar no Interior: em Mirandela, aumentou a população jovem em 8% nos últimos três anos.

Falar de Estatuto da Oposição é isto: criticar com base em dados concretos, dar voz aos montalegrenses insatisfeitos e propor soluções.



*Am* 24

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O Estatuto não apenas permite discordar, mas também representar quem sente que as suas preocupações não são ouvidas. A oposição é o sal da democracia; sem ela, a Assembleia seria uma “sopa sem graça”.

A Senhora Presidente da Câmara realçou que se transformou Montalegre em Património Agrícola Mundial, garantindo que os agricultores da região, incluindo Boticas, possam rentabilizar recursos de forma articulada e colaborativa. Desde o momento em que se é eleito, trabalha-se por um objetivo comum: lutar pelo desenvolvimento da nossa região.

Alguns deputados, infelizmente, continuam a criar atritos desnecessários nesta Assembleia, mas os projetos implementados demonstram resultados concretos. Entre eles: o SIPAM, um projeto que, progressivamente, trará mais desenvolvimento, aproveitando a ligação com as universidades. Também o Centro de Recursos, projeto apresentado, é rejeitado por alguns deputados que desconhecem a sua finalidade. Este centro será uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento local, oferecendo apoio a diversos setores do concelho. Quanto à natalidade e apoio às famílias, implementámos iniciativas pioneiras: Olhares pela Maternidade: um apoio financeiro até 50 euros por mês, por filho, até aos 3 anos, que beneficia diretamente o comércio local; Apoio ao segundo filho e seguintes até aos 12 anos; Ação social escolar e bolsas de estudo, que desoneram o orçamento das famílias e apoiam a educação das crianças e jovens do concelho.

Relativamente ao Sistema de Incentivos de Base Territorial, reconhecemos que a adesão foi pequena. Mas é necessário compreender que a divulgação foi feita amplamente, incluindo reuniões com agentes económicos interessados. Algumas empresas não concorreram ou não tiveram os projetos aprovados por não cumprirem os requisitos.

Respeita-se sempre o livre arbítrio da iniciativa privada. O papel da Câmara é informar, divulgar e prestar apoio técnico, garantindo que todos os interessados possam concorrer de forma adequada. Em resumo, a Câmara não interfere na iniciativa privada, exceto no cumprimento das suas responsabilidades: apoiar, informar e garantir condições para que os projetos e incentivos sejam acessíveis e compreendidos.

### **2- Período da Ordem do Dia:**

#### **2.1. Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 30 de junho, do ano 2025;**

A ata da sessão ordinária do dia 30 de junho foi posta à consideração não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos deputados Ana Francisca Martins, Nuno pereira, Ana Lúcia Silveira e Sylvie Teixeira da Costa, por não terem estado presentes.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais sugeriu que se prescindisse da leitura da atividade do município uma vez que todos os membros recebem a documentação em casa.

A Assembleia tomou conhecimento.

**2.3. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2025. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – conhecimento;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

**2.4. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2026 – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.


Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhora Presidente, Senhores Deputados, o Grupo Municipal do PSD vota contra esta proposta e fá-lo com total convicção. Esta proposta é mais um exemplo claro da falta de visão estratégica do PS e deste executivo municipal, que insiste em virar costas ao tecido empresarial do concelho — precisamente aquele que gera emprego, cria riqueza e sustenta a economia local.

Durante décadas, o PS geriu Montalegre com um modelo esgotado, que já demonstrou não servir os interesses do desenvolvimento. E agora, perante uma oportunidade concreta de apoiar as empresas locais, o executivo prefere manter uma política fiscal que penaliza quem investe e quem trabalha.

O PSD apresentou uma proposta equilibrada, justa e com impacto real: isentar de Derrama as empresas com volume de negócios até 150 mil euros, aplicar uma taxa



 26

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

simbólica de 0,01% às restantes, e reservar a taxa máxima de 1,5% apenas para empresas que não empreguem residentes ou que explorem os nossos recursos naturais sem devolver valor ao concelho.

E o que propõe o PS? Manter tudo como está. Ignorar os sinais. Ignorar os empresários. Ignorar os dados. Porque, segundo o PS, apoiar empresas não é política de esquerda. Pois bem, para o PSD, apoiar empresas é apoiar famílias, trabalhadores e o futuro de Montalegre.

Com a nossa proposta, apenas quatro empresas continuariam a pagar a taxa máxima, garantindo 79% da receita atual. As restantes 60 empresas poupariam, em média, 640 euros por ano — um alívio fiscal que pode fazer a diferença entre manter postos de trabalho ou fechar portas. O impacto para o Município? Uma redução de receita de 38.600 euros. Mas não é uma perda — é um investimento no futuro.

Enquanto concelhos vizinhos como Chaves avançam com políticas fiscais atrativas, Montalegre continua na cauda da competitividade. E porquê? Porque este executivo prefere manter uma Câmara com milhões no banco, em vez de dinamizar a economia local.

O PSD está com as empresas. Está com quem trabalha. Está com quem investe. E não aceitará que Montalegre continue a ser gerido com base em dogmas ideológicos ultrapassados. Esta proposta era um pequeno passo, sim — mas um passo na direção certa. Lamentamos que o PS tenha escolhido, mais uma vez, ficar parado. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

**Deliberação:** Aprovado por maioria, com nove votos contra dos deputados José João Moura, Ana Francisca Martins, António Cascais, Domingos Vasconcelos, Alívio de Freitas, Acácio Gonçalves, Manuel Rebelo, Nuno Pereira e Sandra Gonçalves.

### **2.5. Definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2026 – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.6. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) - Isenção para o ano de 2026 – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



*[Handwritten signature]* 27

---

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.7. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Aplicação Percentual para o ano de 2026 – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.8. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.9. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.


### **2.10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo de Salto – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.



 28

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

### **2.11. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.12. Pedido de Apoio Financeiro, formulada pela União de Freguesias Vilar de Perdizes e Meixide, para Manutenção do Relvado Sintético do Campo de Futebol de Vilar de Perdizes – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.13. Pedido de emissão de declaração de caducidade de reserva de solo e redefinição do uso do solo nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Enquadramento no âmbito da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Montalegre – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais deixou uma saudação a todos e votos de sucesso nas respetivas campanhas.

Gostaria de abordar a questão do levantamento de reserva de um prédio, conforme regulado pela Lei de 2014. Segundo esta lei, caso não sejam feitas as justificações de carácter público, as câmaras municipais têm cinco anos para levantar o ónus sobre o terreno.

Ouviu diversas intervenções sobre promessas e propostas para os cidadãos de Montalegre, mas focou-se nesta questão concreta. Um ónus sobre um terreno, que impede o titular de promover qualquer edificação, constitui um constrangimento significativo ao desenvolvimento e ao investimento. Até agora, temos que reconhecer que a Câmara não foi totalmente eficaz na resolução deste problema.

No seu entendimento, e segundo a legislação aplicável, o levantamento da reserva do solo poderia ser feito mediante uma aprovação simplificada do Plano Diretor Municipal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

(PDM). Tem observado que muitas câmaras e assembleias municipais realizam esse tipo de procedimento regularmente, através de alterações simplificadas ao PDM.

No entanto, pelos fundamentos da decisão atualmente apresentada, parece que a Câmara condiciona o levantamento da reserva à aprovação da revisão em curso do PDM, que está em andamento há vários anos e ainda não foi concluída.

A sua dúvida é se o titular do terreno só poderá ver o seu imóvel libertado do ónus após a publicação da revisão do PDM.

Se assim for, existe o risco de eventuais pedidos de ressarcimento por prejuízos por parte do promotor, devido à demora na aprovação.

No seu entendimento, a solução mais adequada seria aprovar uma alteração simplificada à natureza do solo, permitindo que o promotor tenha acesso imediato ao destino do terreno assim que esta alteração seja aprovada, sem ter de aguardar pela revisão completa do PDM.

Reconheceu que não é técnico na matéria, mas gostaria de receber uma resposta da Sr.<sup>a</sup> Presidente sobre se o levantamento da reserva pode ser feito com base numa aprovação simplificada do Plano Diretor Municipal, garantindo assim segurança jurídica ao promotor.

A Senhora Presidente da Câmara disse que a proposta está devidamente instruída com informação técnica e a conclusão é clara: a definição do uso do solo por natureza configura uma alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM), cuja aprovação depende da deliberação desta Assembleia Municipal.

Quanto ao PDM está previsto que esteja para consulta pública no final do ano. De facto, houve um ligeiro atraso, que não é exclusivo de Montalegre, mas decorre das exigências atuais aplicáveis a todos os PDM's.

Assim, a proposta que se submete para deliberação cumpre estritamente a lei, sem qualquer excedente. Caso a obrigação derive do PDM, é exatamente por isso que a matéria vem para esta Assembleia deliberar.

Importa também referir que o requerente dispunha de cinco anos para desenvolver a operação urbanística. Nos termos da lei, ultrapassado esse prazo sem que tenha sido iniciado qualquer procedimento ou obra, torna-se obrigatório aplicar os normativos previstos para esse efeito.

Assim, a Câmara Municipal limita-se a cumprir rigorosamente a legislação aplicável, nada mais do que isso.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.14. Alteração à 1ª Adenda ao Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento de Produção Agropecuária no Concelho de Montalegre – aprovação;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.



30

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O deputado José João Moura disse que ficou satisfeito por verificar que, finalmente, as suas palavras foram tidas em consideração. O que a senhora afirmou corresponde precisamente ao que ele mesmo referiu na última sessão.

Isto demonstra que o PSD apresenta propostas concretas e úteis, nomeadamente no apoio à pecuária. Por essa razão, anunciou voto favorável relativamente ao apoio ao fomento pecuário.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.15. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre.**

O senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia da candidatura da cidadã eleitora Luísa Lopes Pires

Inscreveu-se para intervir o deputado João Carlos Rodrigues.

O deputado João Carlos Rodrigues esclareceu que os mandatos na Comissão de Proteção são nominais, ou seja, não correspondem ao mandato eleitoral do Presidente, nem dependem da duração coletiva dos restantes membros. Cada membro tem um mandato próprio, independentemente do momento em que integra a Comissão, pode entrar hoje, mesmo que o Presidente tenha sido eleito há três meses.

No caso concreto, o mandato da professora Luísa Leonor terminou em julho. Pode ainda exercer mais um mandato, uma vez que a lei permite a sua recondução.

A cidadã Luísa Lopes Pires foi eleita, por escrutínio secreto, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre com quatro votos brancos e trinta e oito votos "sim".

### **3 – Período Após a Ordem do Dia**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que chegou ao fim o seu mandato como Presidente da Assembleia Municipal e que guarda a honra que lhe deram. Deixou o seu reconhecimento a todos os colegas que lhe permitiram exercer estas funções.

Deixou uma palavra de apreço para todos os colegas da Mesa que consigo assumiram solidariamente as funções que lhes confiaram.

Agradeceu também a colaboração de todos os senhores deputados municipais deixou votos de sucesso na continuação do trabalho da Assembleia, que será na defesa da democracia, da liberdade e, como sempre, na defesa e ao serviço das pessoas da terra e das gentes.

Terminou, abrindo o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.



---

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, estava encerrada a sessão.

**O Presidente da Assembleia**

---

Fernando José Gomes Rodrigues

**O 1º Secretário**

---

Olímpia Maria C. Fernandes Vinhas

**O 2º Secretário**

---

Maria de Fátima da Silva Crespo